INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
IFES – CAMPUS DE ALEGRE

GUILHERME LÚCIO POPE
NATHÁLIA KAIZER ANTUNES
ANNA LUIZA FERREIRA PINTO
REBECA DE SOUZA COSTA
VITÓRIA DIAS DA SILVA

SOCIALIZAÇÃO E AGENTES SOCIAIS – A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO E OS REFLEXOS NA IDENTIDADE CONTEMPORÂNEA

ALEGRE-ES
2026

GUILHERME LÚCIO POPE
NATHÁLIA KAIZER ANTUNES
ANNA LUIZA FERREIRA PINTO
REBECA DE SOUZA COSTA
VITÓRIA DIAS DA SILVA

SOCIALIZAÇÃO E AGENTES SOCIAIS – A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO E OS REFLEXOS NA IDENTIDADE CONTEMPORÂNEA

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina de Sociologia III do curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Espírito Santo, campus de Alegre, como requisito parcial para a obtenção de aprovação na disciplina.

Orientadora: Prof.ª Vanessa Marques D'albuquerque

ALEGRE-ES
2026

SUMÁRIO

1 FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA SOCIALIZAÇÃO: INDIVÍDUO, ESTRUTURA E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE .....
2 A SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA .....
3 SOCIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA.....
4 GRUPOS DE PARES: A HORIZONTALIDADE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE JUVENIL .....
5 MÍDIA E SOCIALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA.....
6 CONFLITOS DE SOCIALIZAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO.....
REFERÊNCIAS .....

1 FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA SOCIALIZAÇÃO: INDIVÍDUO, ESTRUTURA E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

A compreensão do comportamento humano, sob o prisma da sociologia, distancia-se de explicações puramente biológicas ou psicológicas para investigar como a vida em sociedade molda a essência do que chamamos de indivíduo. O processo de socialização é o mecanismo fundamental por meio do qual o ser humano se integra ao seu grupo social, assimilando normas, valores, crenças e padrões de conduta. No entanto, para além de uma simples "aprendizagem", a socialização deve ser entendida como o elo que permite a existência da própria ordem social, transformando um ser biológico em um ser social. Para fundamentar essa análise, é imperativo percorrer as contribuições de Émile Durkheim, Peter Berger, Thomas Luckmann e Pierre Bourdieu, cujas teorias explicam como a sociedade se impõe, se interioriza e se manifesta nas ações cotidianas.

O ponto de partida clássico para essa discussão reside na obra de Émile Durkheim, que estabelece a primazia da sociedade sobre o indivíduo. Segundo Durkheim, a socialização é um esforço metódico de moldagem das novas gerações, uma imposição de "fatos sociais". Para o autor, um fato social é toda maneira de agir, pensar e sentir que possui três características centrais: a exterioridade, a generalidade e a coercitividade. Isso significa que, antes mesmo de nascermos, a língua que falamos, as leis que obedecemos e os costumes que praticamos já existiam de forma independente. No cotidiano, percebemos a força do fato social através da coerção: se um indivíduo decide ignorar as normas de etiqueta ou as leis de trânsito, ele sofrerá sanções que variam da desaprovação social à punição legal. Nesse sentido, a socialização durkheimiana é o processo pelo qual a consciência coletiva — o conjunto de crenças comuns a uma sociedade — penetra na consciência individual, garantindo a coesão do grupo.

Embora Durkheim explique a força externa da sociedade, Peter Berger e Thomas Luckmann avançam na compreensão de como essa força se torna parte da subjetividade humana através do conceito de "construção social da realidade". Os autores propõem um movimento dialético composto por três momentos: externalização, objetivação e internalização. A externalização ocorre quando os seres humanos criam produtos sociais; a objetivação é o momento em que esses produtos passam a ser vistos como realidades externas e "naturais". O ápice do processo é a

internalização, que ocorre justamente na socialização. É nesse estágio que o indivíduo "traz para dentro de si" a realidade objetiva, aceitando-a como sua própria definição de mundo. Ao aprender que certas condutas são erradas, o indivíduo não apenas evita a punição, mas passa a acreditar genuinamente que aquela norma é uma verdade absoluta. Assim, a realidade social não é apenas algo que nos cerca, mas algo que nos constitui.

Para compreender como essas estruturas sociais se transformam em práticas automáticas, é fundamental introduzir o conceito de habitus, desenvolvido por Pierre Bourdieu. O habitus funciona como uma ponte entre a estrutura social de Durkheim e a subjetividade de Berger e Luckmann. Ele consiste em um sistema de disposições duráveis e transponíveis que o indivíduo adquire ao longo de sua trajetória social, especialmente em seu ambiente familiar. O habitus não é um conjunto rígido de regras, mas uma "gramática" de ação que orienta gostos, postura corporal, formas de falar e escolhas profissionais. Um exemplo concreto pode ser observado no consumo cultural: a preferência por determinados estilos não é um "dom" nato, mas um reflexo de disposições incorporadas através da socialização, que fazem com que certos grupos se sintam integrados em determinados ambientes.

A relação entre esses autores revela uma progressão lógica essencial. Enquanto Durkheim demonstra que as estruturas sociais exercem pressão sobre nós, Berger e Luckmann detalham como essas estruturas são interiorizadas a ponto de parecerem naturais. Bourdieu, por sua vez, demonstra que essa internalização não é uniforme; ela varia conforme a posição que o indivíduo ocupa no espaço social, gerando identidades e práticas distintas que reproduzem as divisões da sociedade. Portanto, o comportamento humano não é um ato de liberdade absoluta, nem um determinismo cego, mas o resultado de um processo contínuo de negociação entre as expectativas sociais e a identidade incorporada.

Em suma, os fundamentos sociológicos da socialização revelam que a identidade individual é, em grande medida, uma construção social. Compreender esses mecanismos é o primeiro passo para analisar como os diferentes agentes de socialização atuam na formação do sujeito contemporâneo. Sem a socialização, a cultura não seria transmitida e a sociedade desapareceria com o fim de cada geração; é ela que garante que o mundo social sobreviva através de nós, ao mesmo tempo em que define quem somos.

2 A SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA

A socialização primária constitui o processo inicial por meio do qual o indivíduo internaliza normas, valores e padrões culturais próprios da sociedade em que está inserido. Esse processo ocorre, predominantemente, no ambiente familiar, durante a infância, sendo fundamental para a formação da identidade social. Nessa fase, a criança não apenas aprende regras de convivência, mas passa a compreender o mundo social como algo natural e evidente. Conforme argumentam Berger e Luckmann, a realidade social é construída socialmente e internalizada pelos indivíduos, sendo a socialização primária o momento em que essa realidade se apresenta como única e indiscutível.

A importância desse processo pode ser analisada à luz da perspectiva de Durkheim, para quem a socialização é essencial à manutenção da coesão social. Segundo o autor, a educação — incluindo a familiar — tem como função transmitir valores coletivos e formar indivíduos aptos à vida em sociedade. Dessa forma, a socialização primária permite a incorporação de normas sociais, garantindo a continuidade das estruturas sociais e a integração dos indivíduos no grupo.

Sob outra perspectiva, Mead destaca que a construção do “self” ocorre por meio das interações sociais, especialmente com os chamados “outros significativos”. No contexto da socialização primária, esses outros são, sobretudo, os membros da família, que influenciam diretamente a formação da identidade. Nesse processo, a criança aprende a se perceber a partir da visão dos outros, desenvolvendo consciência social. Complementarmente, Goffman interpreta a vida social como uma representação, na qual os indivíduos desempenham papéis aprendidos desde a infância, o que evidencia o papel estruturante da socialização primária na organização do comportamento social.

Outro conceito fundamental relacionado ao tema é o de habitus, desenvolvido por Bourdieu. O habitus refere-se a disposições duráveis e incorporadas, adquiridas ao longo da socialização, que orientam percepções, gostos e práticas dos indivíduos. A socialização primária é o momento central de formação do habitus, pois é nesse período que os padrões culturais são interiorizados de maneira mais profunda. Assim, práticas cotidianas, como formas de linguagem, preferências culturais e comportamentos sociais, tendem a refletir as condições sociais de origem. Por exemplo, indivíduos criados em ambientes com acesso a bens culturais, como livros

e atividades educativas, tendem a desenvolver disposições diferentes daqueles inseridos em contextos com menor acesso a esses recursos.

Na contemporaneidade, conforme analisa Bauman, as transformações sociais tornam os processos de socialização mais dinâmicos e fluidos. Ainda assim, a socialização primária permanece essencial, pois constitui a base sobre a qual novas experiências serão construídas. Exemplos desse processo podem ser observados na aprendizagem da linguagem, nos hábitos alimentares e nos valores morais transmitidos no ambiente familiar, que influenciam diretamente as escolhas e comportamentos futuros dos indivíduos.

Dessa forma, a socialização primária desempenha papel central tanto na formação do indivíduo quanto na reprodução da sociedade. Ao internalizar normas e valores, o sujeito torna-se capaz de agir socialmente, contribuindo para a continuidade das estruturas sociais. Compreender esse processo é fundamental para analisar as dinâmicas sociais e as desigualdades presentes na sociedade contemporânea.

3 SOCIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA

A socialização secundária constitui uma etapa fundamental na formação do indivíduo, sendo caracterizada pela ampliação das experiências sociais para além do ambiente familiar. Diferentemente da socialização primária, que ocorre na infância e envolve vínculos mais afetivos, a socialização secundária desenvolve-se ao longo da vida, especialmente por meio da interação com instituições sociais, como a escola, o Estado, o mercado de trabalho e organizações religiosas. Nesse processo, o indivíduo aprende normas, valores e comportamentos relacionados aos diferentes papéis sociais que assume, como estudante, trabalhador e cidadão.

De acordo com Berger e Luckmann (2004), a socialização secundária envolve a internalização de “submundos institucionais”, ou seja, conjuntos de normas e significados próprios de determinados contextos sociais. Ao ingressar na escola, por exemplo, o indivíduo passa a lidar com regras formais, como horários, hierarquia e avaliações, compreendendo que esses padrões são socialmente construídos. Assim, a socialização secundária não substitui a primária, mas a complementa, podendo inclusive transformar disposições anteriormente adquiridas.

As instituições sociais desempenham papel central nesse processo, pois organizam comportamentos e contribuem para a manutenção da ordem social. A

escola, além de transmitir conhecimentos, promove valores como disciplina e responsabilidade. Segundo Durkheim (1978), a educação é responsável por transmitir os fatos sociais, que orientam as formas de agir e pensar dos indivíduos, garantindo sua integração à sociedade.

Entretanto, esse processo não ocorre de forma igual para todos. Bourdieu (1992) destaca que a escola pode contribuir para a reprodução das desigualdades sociais ao valorizar determinados tipos de capital cultural, mais comuns entre grupos privilegiados. Esse fenômeno relaciona-se ao conceito de habitus (BOURDIEU, 1989), entendido como um conjunto de disposições internalizadas que orientam comportamentos e percepções. Durante a socialização secundária, o habitus pode ser reforçado ou transformado, dependendo das experiências vividas pelo indivíduo.

Além disso, a socialização secundária envolve a aprendizagem de papéis sociais e a capacidade de adaptação a diferentes contextos. Esse processo também contribui para a construção da identidade social, permitindo que o indivíduo se reconheça como parte de grupos mais amplos. Dessa forma, a socialização secundária é essencial para a integração social, ao mesmo tempo em que revela desigualdades e possibilidades de transformação na sociedade.

4 GRUPOS DE PARES: A HORIZONTALIDADE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE JUVENIL

Enquanto a socialização primária ocorre sob a égide da autoridade dos pais e a secundária muitas vezes se dá em instituições hierarquizadas como a escola, os grupos de pares introduzem uma dinâmica fundamentalmente distinta na vida do indivíduo: a horizontalidade. Um grupo de pares é definido sociologicamente como um conjunto de indivíduos que compartilham idade, status social e interesses semelhantes, interagindo de forma regular. É neste espaço que o adolescente, em especial, experimenta pela primeira vez uma forma de pertencimento que não depende da supervisão direta de adultos, permitindo a exploração de novas facetas da própria identidade e a internalização de normas que emanam do próprio coletivo de iguais.

A importância dos grupos de pares reside na transição da dependência para a autonomia. De acordo com a perspectiva do interacionismo simbólico, é através do convívio com os pares que o jovem desenvolve o "self" social de maneira mais ativa.

Diferente da família, onde as regras são herdadas, no grupo de pares as normas são negociadas. Entretanto, essa liberdade não significa ausência de controle; pelo contrário, o grupo de pares exerce uma poderosa pressão social. Essa pressão não deve ser vista apenas como algo negativo (como no senso comum do "mau caminho"), mas como um mecanismo sociológico de coesão. Para ser aceito, o indivíduo adota comportamentos, vestimentas e linguagens que sinalizam seu pertencimento. O medo do ostracismo ou da rejeição funciona como uma sanção informal que garante que o indivíduo se comporte conforme as expectativas do grupo.

Nesse contexto, surge o conceito de subcultura. As subculturas juvenis são sistemas de valores, crenças e práticas que distinguem um grupo específico dentro da sociedade maior. Elas se manifestam através de símbolos claros: estilos musicais, gírias exclusivas e estéticas visuais. A linguagem, especificamente, atua como uma fronteira simbólica; o uso de gírias específicas cria um sentimento de "nós" contra "eles" (os adultos ou outros grupos), fortalecendo a identidade interna. Sociologicamente, essas subculturas não são apenas "rebeldia", mas formas de resistência e de criação de significado em um mundo que muitas vezes ignora a voz da juventude.

Ao relacionarmos esse processo ao conceito de habitus de Pierre Bourdieu, percebemos que o grupo de pares não atua no vácuo. Na maioria das vezes, os pares que escolhemos e que nos aceitam compartilham de um habitus semelhante ao nosso. Isso significa que as disposições aprendidas na família (gostos, formas de falar, expectativas de futuro) influenciam a formação dos grupos de amigos. No entanto, o grupo de pares tem o poder de "reajustar" o habitus. Um jovem de origem humilde que ingressa em um grupo de pares com alto capital cultural em uma instituição de ensino pode incorporar novas disposições, gostos e visões de mundo, transformando sua trajetória social através dessa convivência horizontal.

Por fim, é necessário destacar que, na contemporaneidade, o conceito de grupo de pares expandiu-se para além do contato físico. As redes sociais e as comunidades virtuais criaram "tribos digitais" onde a pressão social e a formação de subculturas ocorrem em tempo real e em escala global. Seja no ambiente escolar ou no digital, o grupo de pares permanece como o laboratório social onde o indivíduo testa seus limites, valida suas escolhas e consolida a percepção de quem ele é perante o mundo. A influência dos amigos, portanto, não substitui a da família ou da escola, mas a

complementa, oferecendo o suporte emocional e social necessário para a conquista da maturidade.

Em suma, os grupos de pares são agentes de socialização cruciais que operam através da identificação e do espelhamento. Eles fornecem o vocabulário e os rituais necessários para que o jovem navegue pela complexidade da vida social moderna, equilibrando o desejo de individualidade com a necessidade humana de pertencimento.

5 MÍDIA E SOCIALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A mídia ocupa, na contemporaneidade, um papel central na formação dos indivíduos, consolidando-se como um dos principais agentes de socialização. Diferentemente de períodos anteriores, em que instituições como a família, a escola e a religião exerciam maior influência na transmissão de valores, atualmente os meios de comunicação, como televisão, internet e redes sociais, desempenham função decisiva na construção de comportamentos, opiniões e identidades sociais.

Nesse contexto, destaca-se o conceito de socialização midiática, entendido como o processo pelo qual valores, normas e padrões de comportamento são difundidos por meio da mídia. A exposição constante a conteúdos midiáticos contribui para a assimilação de estilos de vida, padrões estéticos e formas de interação social. As redes sociais intensificam esse processo ao promoverem interatividade e circulação rápida de informações, criando novas dinâmicas de pertencimento e influência.

Outro conceito relevante é o de cultura de massa, caracterizada pela produção e disseminação de bens culturais em larga escala. Produtos como filmes, músicas, séries e conteúdos digitais são direcionados a um público amplo, buscando atingir o maior número possível de consumidores. Embora amplie o acesso à cultura e à informação, esse fenômeno também pode gerar padronização cultural, limitando a diversidade e reforçando estereótipos sociais.

A globalização cultural, por sua vez, refere-se à circulação internacional de práticas, valores e expressões culturais, intensificada pelo avanço das tecnologias de comunicação. A internet possibilita o contato entre diferentes culturas, promovendo trocas e influências mútuas. Entretanto, esse processo pode resultar na

predominância de culturas hegemônicas sobre as locais, ocasionando a perda de identidades culturais específicas.

As contribuições teóricas de autores como Zygmunt Bauman e Manuel Castells são fundamentais para a compreensão dessas transformações. Bauman (2001) aborda, em sua obra Modernidade Líquida, a fluidez das relações sociais e a instabilidade das identidades na sociedade contemporânea. Já Castells (1999), em A Sociedade em Rede, analisa o impacto das tecnologias da informação na organização social, destacando o papel das redes na configuração das relações humanas.

Dessa forma, a mídia não apenas informa, mas também exerce influência significativa na formação dos indivíduos e na dinâmica social. Torna-se, portanto, essencial o desenvolvimento de uma postura crítica diante dos conteúdos consumidos, permitindo uma participação mais consciente no processo de socialização contemporânea.

6 CONFLITOS DE SOCIALIZAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO

A sociologia compreende que o comportamento humano é resultado de processos de socialização, por meio dos quais o indivíduo internaliza valores, normas e padrões culturais necessários à vida em sociedade. No entanto, esse processo não ocorre de forma homogênea, pois diferentes agentes de socialização — como família, escola e mídia — atuam simultaneamente, muitas vezes transmitindo valores distintos. Nesse contexto, destacam-se os conflitos de socialização e os processos de ressocialização, que evidenciam o caráter dinâmico da construção da identidade social.

O conflito de socialização ocorre quando normas e valores aprendidos em diferentes contextos entram em contradição. Um exemplo comum é a divergência entre valores familiares e influências externas, como as do grupo de amigos ou da mídia. Esse fenômeno pode ser compreendido a partir do conceito de fato social, desenvolvido por Émile Durkheim, que define as normas sociais como externas ao indivíduo e dotadas de poder coercitivo (DURKHEIM, 2007). Quando diferentes normas entram em choque, o indivíduo passa a lidar com múltiplas pressões sociais, evidenciando a complexidade da vida em sociedade.

Além disso, Berger e Luckmann explicam que a realidade social é construída e internalizada pelos indivíduos ao longo da vida (BERGER; LUCKMANN, 2014). O

conflito surge quando diferentes realidades são incorporadas simultaneamente, gerando tensões na formação da identidade. Nesse contexto, o conceito de habitus, desenvolvido por Pierre Bourdieu, é fundamental, pois representa o conjunto de disposições adquiridas que orientam percepções e comportamentos (BOURDIEU, 2007).

Diante dessas tensões, ocorre a ressocialização, entendida como o processo de reconstrução da identidade social por meio da incorporação de novos valores e comportamentos. Esse processo tende a ser mais intenso e consciente, pois envolve a modificação de padrões anteriormente estabelecidos. Um exemplo relevante pode ser observado nas instituições totais, conceito desenvolvido por Erving Goffman, como prisões, quartéis e conventos, onde há controle rigoroso da vida dos indivíduos com o objetivo de modificar seus comportamentos (GOFFMAN, 2015).

Além dessas situações, a ressocialização também ocorre em contextos cotidianos, como mudanças de escola, ingresso no mercado de trabalho ou contato com diferentes culturas. Dessa forma, os conflitos de socialização e a ressocialização demonstram que a identidade social não é fixa, mas construída continuamente ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Henrique; VALENTIM, Juliana; VEGA, Sérgio. **Sociologia em movimento**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016. (Livro Didático PNLD).

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2013.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (Livro Didático PNLD).